

IMPRESSÕES SOBRE O “JUDEU ERRANTE”: REPRESENTAÇÕES DO CÓLERA NO JORNAL CRATENSE *O ARARIPE* (1855 - 1864)

Juciello Ferreira Alexandre*

O cholera que tanto tem afligido a raça humana, esse maldito judeu errante, vai-se aproximando de nossa comarca, pelo lado do Pajaú de Flores: em uma carta de 28 do passado Dezembro escrita do Cabrobó por Francisco Alveres d'Oliveira Cabral, ao Sr. Capm. Severino d'Oliveira Cabral lesse o seguinte – Temos tido por aqui grandes veixames por causa da terrível epidemia do cholera que já está graçando no Tacararú distante d'aqui trinta e seis legoas; o mal apanhou ali não com grande excesso, mas já tem feito diversas victimas – Estamos crentes de que a epidemia nos visitará vinda pelo lado do sul, em consequencia de que é muito frequente o comercio entre Tacararú, Pajaú de Flores, e nossa Villa do Jardim que dista ao ponto afectado umas sincoenta legoas; esta noticia porém não deve aterrar nossa população, porque a Providencia nos à mostrado o remedio eficaz contra esse mal; pelo que devemos tomar todas cautelas para no caso de aparecer entre nós a epidemia, estarmos preparados para a receber com o virtuoso “SUMO DO LIMÃO” esse agente medecinal, que tantos fructos tem produzido no Pará, também obrará milagrosamente entre nós. DEOS protege a quem crê em sua infinita MIZERICORDIA, e secundados nella não devemos aterrar com a presença do mal, porque como já dissemos a MIZERICORDIA DE DEOS, E O SUMO DO LIMÃO, providencialmente descuberto, nos fará encarar com o sangue frio essa epidemia e della zombarmos.¹

O texto acima foi publicado em janeiro de 1856 no jornal cratense *O Araripe*. Na época, o Cariri cearense convivia com o receio de ser vitimado pela epidemia do cólera, que grassava em Pernambuco – limítrofe com a região – e em outras províncias brasileiras. A adjetivação *judeu errante* utilizada para caracterizar a doença é reveladora: a carga de preconceito com que a palavra *judeu* era tratada pelo catolicismo popular – visto como sinônimo dos assassinos de Cristo, dando origem inclusive ao verbo *judiar*, no sentido de maltratar – era seguida pela percepção de um vagar sem pouso, já que os judeus não tinham então um território, um lugar próprio. Desse modo, o epíteto etnocêntrico representava o cólera como um mal que vagava, disseminando a morte ao se espalhar por todos os cantos².

* Mestrando em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde desenvolve pesquisa sobre a epidemia do cólera no Crato-CE, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Serioja Mariano.

¹ *O Araripe*, nº 27, 05 jan. 1856, p. 4.

² O preconceito em torno do termo judeu presente na citação de *O Araripe*, não deixa de lembrar as considerações de Georges Duby sobre os surtos da peste negra no medievo. Na procura por bodes expiatórios, tendo em vista a crença de que a doença era um castigo divino, os judeus, junto com os leprosos, foram perseguidos, sendo acusados por supostos envenenamentos de poços de água: “[...] Houve um desencadeamento de violência contra os que pareciam como os instrumentos de um Deus vingativo, que fustigava suas criaturas lançando sobre elas a doença” (DUBY, 1998: 89). Fazendo uma comparação entre a lepra na Idade Média e a AIDS, o autor chama ainda a atenção para o fato de que a busca por bodes expiatórios que expliquem o fenômeno doença continua uma característica dos tempos atuais: “[...] O leproso era, só por sua aparência corporal, um pecador. Desagradava a Deus e seu pecado purgava através dos poros. Todos acreditavam, também,

Na fonte citada, as informações sobre o número de vítimas e sobre a aproximação da doença, ou, melhor, seu vagar, é seguida, por orientações de como proceder no caso da concretização da mesma no Cariri. Pregando a calma para a população, a publicação afirmava que a Providência tinha apontado um excelente remédio contra a peste: o sumo de limão, utilizado com sucesso por populares e médicos, em 1855, no Pará, na primeira manifestação oficial da epidemia em território brasileiro. Com a misericórdia Divina e tal medicamento, a população poderia fugir da *aterração* e confiar no triunfo sobre a doença. Pelo texto, podemos deduzir que *O Araripe*, desse modo, se propunha a ser um espaço de divulgação da marcha do cólera e dos preceitos profiláticos em voga, ao mesmo tempo em que convidava a população a rogar pela misericórdia divina, vista como o recuso definitivo na vitória contra o *judeu errante*:

Agora a nosso Reverendo Parocho corre o dever de chamar o povo a oração, para pedimos a Deus não nos fulmine com esse terrível flagello. O que não alcansarmos por meio da oração, nunca obteremos com medidas preventivas; só a infinita bondade de Deos nos pode perservar [sic] desses males de que somos dignos; por tanto o Parocho chame o povo a oração, este é o seguro meio de alcançar a graça. Elevemos nossas preces, elevemos nossos corações a Deos para lhe pedir as cousas, que nos são necessaria; é o gemido da alma em sua enteligencia; que se derige ao Auctor de todos os bens para solicitar delle a sua misericordia, e attrahir os soccorros de que precisamos³.

Podemos afirmar, portanto, que ao tratar do cólera o jornal em questão mesclava de forma criativa preceitos tidos como científicos com práticas religiosas e saberes populares, demonstrando assim o caleidoscópio de olhares com que a doença foi apreendida então.

A realização de uma historiografia da doença muito deve a multiplicidade de métodos, temáticas e abordagens adquiridas, principalmente nas últimas décadas do século XX, pelo diálogo da História com outras disciplinas, tais como a Sociologia e a Antropologia. A possibilidade de análises desse tipo tem proporcionado obras de relevo na medida em que, mais do que mero fenômeno natural, a doença é também uma construção sociocultural, vivenciada e percebida de forma diferente pelas sociedades, sendo alvo de apropriações e ações políticas, religiosas, científicas, etc., construtoras e reveladoras de discursos e percepções plurais; elemento de poder e disputa. Desta forma, “existe uma historicidade nas doenças ligada a todos os acontecimentos do ser humano” (NASCIMENTO & SILVEIRA, 2004: 13).

que os leprosos eram devorados pelo ardor sexual. Era preciso isolar esses bodes. Portanto, a lepra mal a que não se sabia tratar, parecia, como a AIDS pôde sê-lo na atualidade, o signo distintivo do desvio sexual” (Idem: 91).

³ *O Araripe*. nº 20, 17 nov. 1855. p. 1

A concepção simplista da doença enquanto unicamente fenômeno natural pode ter utilidade para os que lidam com as ciências biológicas, mas não para os historiadores e demais profissionais das ciências humanas. Como afirma Ariosvaldo Diniz, os estudos desenvolvidos por estes voltam-se para a doença “enquanto idéia da doença do que enquanto realidade objetiva que poderia ser apreendida por um saber científico rigoroso” (DINIZ, 2003: 359). Tal assertiva está certamente baseada na percepção de que “diferentes grupos, a cada época, dão significação e sentido à entidade fisiopatológica chamada doença” (NASCIMENTO & SILVEIRA, 2004: 14). Destarte, problematizar a doença enquanto construção historicamente localizada alarga as possibilidades de compreensão do historiador, pois a realidade biológica daquela (o que debilita e/ou mata) não deixa de ser seguida por representações e práticas – também reais – que procuram explicá-la e combatê-la.

Sem a pretensão de oferecer conclusões definitivas, é nesta trilha aberta pela historiografia das doenças que pretendemos enveredar nesse artigo, oferecendo uma breve visualização das representações sobre a epidemia do cólera produzidas pelo jornal *O Araripe*.

A existência de um jornal publicado no Crato em meados do século XIX esteve intrinsecamente ligada ao contexto histórico vivenciado à época pelo lugar em questão. Concomitantemente com a aproximação da epidemia do cólera, a cidade citada, entre as décadas de 1850 e 1860, vivia um período de consideráveis transformações sociais, o que levou alguns estudiosos a apresentarem essas décadas como um período de “renascimento” para o Cariri (DELLA CAVA, 1976; FIGUEIREDO FILHO & PINHEIRO, 1953), asserto baseado na observação de uma série de fatores políticos, econômicos e sociais que influíram no processo de afirmação desta enquanto liderança regional, tais como: sua elevação à cidade no ano de 1853; o crescimento populacional ocorrido no período⁴; o aumento da produção e exportação de rapadura para as províncias circunvizinhas (BRASIL, 1863: 368); a fixação na cidade de comerciantes – advindos de Fortaleza e, principalmente, do Icó – estimulando um “surto comercial” no Cariri com a implementação e circulação de capital novo e a instalação de grandes lojas distribuidoras de produtos manufaturados europeus para a região e arredores;

⁴ Para termos noção deste crescimento populacional, vale a pena comparar os dados estatísticos produzidos por Thomaz Pompeu de Souza Brasil com as informações registradas sobre o número de moradores da localidade pelo naturalista e viajante escocês George Gardner, em fins da década de 1830. Segundo este, que a visitou em 1838, toda a população da vila na época chegava a “dois mil habitantes, na maioria índios ou mestiços que deles descendem” (GARDNER, 1975: 93). Em início dos anos de 1860 – apenas duas décadas depois da visita de Gardner – a população da localidade praticamente quadruplicou, chegando a cerca de oito mil habitantes nas ruas da cidade. A população total do município era então calculada em 19.575 pessoas, dividida entre 18.184 livres e 1.391 escravos (BRASIL, 1863: 297).

e a imigração de profissionais liberais, coletores, advogados e até jornalistas para a cidade nascente.

Nesta conjuntura, as pretensões políticas e econômicas da cidade, através de seus representantes, chegaram ao ponto de criar um projeto para fundar uma nova província (Cariris Novos), com capital no Crato e que aglutinaria o sul do Ceará e parte da Paraíba, Pernambuco e Piauí, “onde os interesses econômicos dos cratenses se tinham fortemente entrincheirado” (DELLA CAVA, 1976: 32-33). Em 1856 a Câmara Municipal chegou a apresentar tal projeto aos governos provincial e imperial, mas não obteve sucesso.

O embrionário centro urbano de Crato também se modificava, diante das contingências engendradas pelo seu crescimento: fundação de cemitério, mercado público, matadouro, construção de alguns sobrados aos moldes de Recife nas ruas (ocupadas, em sua maior parte, por casebres de taipa e cobertos de palha), instalação de escolas públicas e particulares e até mesmo a organização de um rudimentar sistema de abastecimento de água, através de uma rede de canais que ligavam o rio Grangeiro aos quintais das moradias (FIGUEIREDO FILHO & PINHEIRO, 1953: 12). Algumas dessas reformas seguiam nitidamente os preceitos higienistas que ascendiam em aceitação no Império, sendo classificados como símbolos de civilidade.

Para Otonite Cortez, a localidade em questão, a partir de meados do XIX, se propunha a “ser o núcleo disseminador de um projeto civilizador para a região do Cariri”. Para a concretização deste projeto – que não deixava de ser de dominação política – o lugar tinha seus trunfos: além de ser o mais populoso e rico daquelas paragens, tinha a seu favor o fato de concentrar “o maior número de intelectuais da região, que fundaram em caráter pioneiro, importantes instrumentos de ‘promoção da civilização’” (CORTEZ, 2000: 19). É neste contexto de afirmação da cidade perante a região que teve início a publicação objeto desse texto.

“O ‘Araripe’ é destinado a sustentar as idéas livres, proteger a causa da justiça e prepugnar pela fiel observancia da lei e interesses locais”⁵. Com essas poucas linhas, o semanário em questão resumiu seu programa editorial, em 07 de julho de 1855, quando seu primeiro número foi impresso na tipografia de José do Monte Furtado. Era impresso semanalmente, no geral, aos sábados, e tinha um tamanho modesto, com média de quatro páginas. O hebdomadário era porta-voz do Partido Liberal no sul da província do Ceará e tinha como redator o mestre-escola e advogado João Brígido dos Santos, que uma década

⁵ *O Araripe*, nº. 01, 07 jul. 1855, p. 1.

depois mudou para Fortaleza, tornando-se uma das maiores vozes políticas da imprensa cearense. O impresso era o espaço privilegiado para os discursos de um grupo de comerciantes e de profissionais liberais que se fixara no Crato em meados do século XIX (FIGUEIREDO FILHO, 1968: 50).

Durante uma década de circulação (1855-1865), a publicação tratou de temas locais e regionais relacionados à política, economia e à sociedade como todo. Irineu Pinheiro e J. de Figueiredo Filho – estudiosos responsáveis por obras historiográficas das décadas 1950/60 – destacam seu papel na defesa do já citado plano de criação da “Província do Cariri Novo”, que teria Crato como capital, e em momentos como a visita da Comissão Científica de Exploração à cidade⁶ ou durante os preparativos para a Guerra do Paraguai – quando em suas páginas reverberava em apoio ao imperador, incentivando o ingresso dos caririenses nas fileiras do exército (FIGUEIREDO FILHO, 1966: 137; PINHEIRO, 1950: 177).

As vicissitudes dos conflitos locais entre os partidários conservadores e liberais, que em algumas ocasiões terminavam em morte, a publicação de documentos pelo jornal, como atas da Câmara Municipal da cidade relacionadas ao Movimento Pinto Madeira, que agitou o Cariri na década de 1830⁷, e a divulgação de dados estatísticos da época em que circulou (mortes, batizados, casamentos, entre outros), também são salientados nas obras desses autores, tendo em vista os subsídios oferecidos pelo jornal para a contextualização da sociedade cratense de meados do século XIX.

Não passou despercebido, ainda, em tais estudos o espaço que o semanário deu ao cólera. Em maio de 1855, o cólera morbo atingira o território brasileiro. O primeiro foco de

⁶ Ironicamente conhecida como “Comissão das Borboletas”, a Comissão Científica de Exploração foi instituída em 1856 pelo IHGB, com apoio do governo imperial. Sua meta era organizar uma expedição que percorresse o interior do país, começando pelas províncias do norte, a fim de conhecer sua geografia e riquezas naturais, coletando material de origem orgânica e inorgânica para o Museu Nacional, promovendo, assim, a ciência brasileira. Como afirma Maria Silvia Porto Alegre, em um contexto caracterizado pela busca de uma identidade nacional, os ideólogos da comissão criticavam o apoio do Estado aos cientistas estrangeiros, os famosos *viajantes*, acusados pelo poeta Gonçalves Dias – membro da comissão – de disseminarem informações errôneas, repletas de “idéias preconcebidas” sobre o Brasil e os brasileiros (PORTO ALEGRE, 2003: 28). O país que até então só fornecia espécies vegetais, animais e minerais para as coleções e instituições estrangeiras, buscava agora produzir conhecimento, por meio da atuação de um grupo de renomados intelectuais da época, divididos em cinco sessões (botânica, geológica e minerológica, astronômica e geográfica, zoológica, etnográfica e narrativa de viagem), sob direção geral do médico e naturalista fluminense Francisco Freire Alemão (SILVA FILHO, 2006: 09). A expedição começou de fato no ano de 1859, pela província do Ceará, onde ficou até 1861. A estada da mesma no Crato foi de dezembro de 1859 a março de 1860. Nesse ínterim, membros da comissão chegaram a publicar textos no *O Araripe*. O próprio Freire Alemão escreveu textos no periódico sobre algumas espécies da flora caririense (FIGUEIREDO FILHO, 1966: 142).

⁷ Com abdicação de Dom Pedro I, no ano de 1831, rebentou um conflito entre as vilas de Crato e Jardim, que se estendeu até o ano seguinte. Indício da complexa conjuntura regencial, especialmente da polêmica centralização/descentralização, o conflito no Ceará opôs liberais aos adeptos da restauração, esses últimos liderados pelo Cel. Pinto Madeira. Ao final, os primeiros saíram vitoriosos e, em 1834, Pinto Madeira foi condenado e fuzilado no Crato.

contaminação se deu na província do Pará, logo se espalhando para outros pontos do Império. Desde então, a epidemia passou a ser tema constante no *O Araripe*, ocupando, inclusive, inúmeros editoriais. Em 1862 e 1864, a cidade em questão recebeu a visita do *judeu errante*. Os estudiosos caririenses citados acima destacam o fato do semanário ter divulgado a marcha da “peste”, informando sobre as localidades atacadas, o número de vítimas, os problemas de abastecimento, indicando remédios em voga, publicando orações, etc (PINHEIRO, 1963).

Em comparação com o que era veiculado em outros órgãos da imprensa cearense, percebe-se que o destaque ocupado pelo tema epidemia no *O Araripe* não foi um fato isolado. Segundo Francisco Carlos Jacinto Barbosa, temas como *saúde e doença* ganharam as páginas dos jornais da província cearense a partir da década de 1850, seja em artigos ou crônicas cotidianas, patrocinadas por médicos e redatores, ou na forma de propaganda de remédios e receitas. Longe de imperar uma homogeneidade no trato de tais questões, cada publicação trazia em si as idéias partidárias a que estavam diretamente ligada:

A maneira como trataram esses temas e todos os demais esteve sempre vinculado aos princípios políticos que nortearam cada órgão, assim como ao contexto no qual se encontravam num dado momento. Neste sentido, a compreensão de como os jornais perceberam e divulgaram a experiência da cidade com a saúde e a doença passa, necessariamente, pela observação não apenas do que foi escrito, como também do lugar social de quem o escreveu (BARBOSA, 2004: 76).

Tendo em vista esta historicização da imprensa no Ceará oitocentista, *O Araripe* não deixou de refletir o posicionamento e pretensões de seus autores. Como demonstra Roger Chartier, as percepções sociais, ou melhor, as *representações* não são discursos neutros. Mesmo á revelia dos atores sociais (sujeitos históricos), as representações “produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (CHARTIER, 1990: 17).

Conseqüentemente, *O Araripe* – como jornal ligado à nova elite cratense, sintetizada nos comerciantes e nos profissionais liberais que paulatinamente substituíam os fazendeiros de cana, que até então detinham a primazia política local – percebia o cotidiano do Crato a partir dos ideais (políticos, econômicos, religiosos, etc.) que o constituíam enquanto produto sociocultural de seu tempo.

Para o historiador, portanto, a compreensão das representações deve ser buscada pela investigação do contexto histórico em que foram produzidas, procurando evitar, por outro lado, explicações simplistas e dicotômicas, tais como as que as percebem apenas como discursos de alienação e de controle social. Por mais que as representações busquem assumir

foros de verdade e instituir práticas que afirmem a identidade social de determinados grupos, isso não significa dizer que respondam somente à inquietações maquiavélicas preconcebidas.

Também é necessário considerar que a história humana é marcada pela complexidade: as relações tecidas socialmente pelos homens não se reduzem a mero jogo entre dominantes contra dominados ou entre “produtores” versus “consumidores”, equivocadamente entendidos como sujeitos passivos (CERTEAU, 1994). As representações são múltiplas, assim como a constituição da sociedade, daí porque Chartier afirma que tais categorias de análise devem ser percebidas em um campo de luta, de concorrências e competições (CHARTIER, 1990: 17).

As representações sobre o cólera divulgados pelo *O Araripe*, como produto cultural e social do seu tempo, dão mostras significativas das dúvidas e inquietações presentes na localidade, engendradas e trazidas à tona pela ameaça da epidemia, tais como as especulações sobre seu eventual alcance, formas de contágio e tratamento, práticas tidas como condizentes ou condenáveis no combate ao mal, reformas urbanas a serem implementadas e comportamento religioso a ser seguido. Em uma época tão complexa, tais representações foram múltiplas, resultando em uma oscilação e/ou junção entre vários saberes em suas páginas, indo, por exemplo, do louvor do saber médico oficial à divulgação de remédios advindos dos saberes populares, do discurso político e higienista à exaltação religiosa, etc.

Para visualização destas inquietações, peguemos o exemplo já citado do sumo de limão. Jane Felipe Beltrão – em estudo sobre as artes de curar dos profissionais de saúde popular no Pará, durante a epidemia do cólera de 1855 – afirma que, apesar da medicina brasileira da época ocupar maior destaque social e político, seus projetos voltados aos socorros públicos não obtinham a eficácia almejada, tendo em vista que estavam distantes do universo cultural de ampla parcela dos acometidos pelo cólera, sendo sistematicamente alterados pela ação dos envolvidos no flagelo. Ou seja, suas regulamentações “não se coadunavam com os interesses dos protagonistas do evento [os vitimados pela doença]” (BELTRAO, 2000: 847).

Por outro lado, inúmeros tratamentos não-oficiais – ministrados por profissionais de cura que passaram longe das cadeiras acadêmicas – tinham ampla aceitação e, inclusive, eficácia no combate à peste. Vale destacar “que os paraenses, tradicionais conhecedores da floresta, sabiam onde ir e o que buscar para eliminar os sintomas do flagelo”, já que possuíam “largos conhecimentos sobre as propriedades curativas das ervas” (Idem: 849).

Esta situação adversa, afirma Beltrão, levou parte dos médicos a utilizar saberes do arsenal popular, dando a estes uma conotação científica, uma espécie de disfarce, pois, diante da busca pela centralização da cura – almejada pelos médicos brasileiros do período – não

poderiam admitir o valor de práticas que estivessem fora das suas mãos. Entre os que enveredaram por este caminho, causando uma celeuma entre seus pares, estava o Dr. Silva Castro, presidente das Comissão de Higiene Pública do Pará, que realizou experiências com o sumo de limão, após saber que um grupo de indígenas do Amazonas obtivera sucesso no combate ao cólera por meio da administração do mesmo.

O que nos interessa aqui é destacar que as experiências do presidente da Comissão de Higiene Pública do Pará não ficaram restritas à sua província. Uma cópia de relatório seu tinha sido enviada pelo governo do Pará para a província do Ceará, que remeteu a mesma aos membros das comissões sanitárias então instituídas no interior desta. Assim, em edição de 01 de janeiro de 1856, com continuação no dia 05 do mesmo mês, *O Araripe* publicou na integra o relatório enviado ao Governo do Pará pelo dito médico, onde toda a experiência com o sumo do limão era narrada, incluindo uma listagem com trinta pessoas tratadas com tal substância, das quais apenas uma faleceu.

O médico iniciou o tratamento com o limão, após uma audiência com o Bispo do Pará, D. Jozé Affonso de Moraes Torres, onde este o informou sobre o relato de um sacerdote de Vila Franca, Amazonas, em que constava que um grupo de “pobres indios pescadores” utilizava com sucesso o sumo de limão no tratamento dos coléricos. O documento afirma que a descoberta do medicamento se deu pela graça celeste: “Oh! Providencia Divina, quanto sois Misericordiosa! Como velaes pela sorte das vossas fracas creaturas!”⁸. Por outro lado, o texto frisava que estudos parisienses da década de 1830 já apontavam a eficiência do sumo de limão no combate de sintomas semelhantes aos do cólera. Desta forma, mesmo negados pela força da *Providência Divina* e da *Ciência*, os saberes populares eram utilizados no combate à doença.

Assim como o sumo de limão, diversos foram os textos no hebdomadário sobre medicamentos caseiros, concebidos como apropriados para combater o cólera e feitos à base de produtos naturais de muita popularidade, tal como o alho, a ipecacuanha, a casca de pau-ferro, a hortelã, etc. A apropriação de saberes e práticas de fácil assimilação – devido à ligação com a cultura popular, abonadas, também, por relatos de médicos – talvez possa ser explicada pelo fato de que os responsáveis por *O Araripe* compreendiam a publicação como o espaço apropriado para ditar os melhores meios de combater à doença, diante da constatação que aparentavam ter da aproximação geográfica da mesma, da falta de médicos no Cariri e da

⁸ *O Araripe*, nº 26, 01 jan. 1856, p. 3.

distância da região em relação à capital provincial, o que inviabilizava socorro imediato em caso de contaminação:

Parece pois que cedo teremos de ter a visita de epidemia, e que se aproxima tambem e nossa vez; nestas circunstancias, sendo absoluta a falta de medicos, e mesmo de homens praticos, que ja se tenham achado envolvidos pela epidemia, é conveniente que cada um vá fazendo a leitura das instrucções tantas vezes publicadas para o tratamento do cholera, vá cuidando de prevenir o mal pela hygiene a mais rigorosa.⁹

Houve inclusive um número dedicado exclusivamente à questão cólera:

Como nestes ultimos dias se tem divulgado a noticia de que o cholera morbus, vem pouco e pouco se aproximando de nós, o Araripe julga prestar um valioso serviço aos habitantes desta comarca, e dos lugares que lhe são mais visinhos, indicando-lhes alguns conselhos prudentes confirmados pela experiência, e desvanecendo esse ou [sic] panico, terror imaginario, que se apodera de todos ao proferir se o nome do cholera; e para desempenhar esta tarefa reservou exclusivamente este numero; cuja leitura recommenda a todos que se interessam pelo bem da humanidade.¹⁰

Segundo tal número do jornal, para obter um bom resultado contra a epidemia, chegando ao ponto de “zombar” da mesma, era necessário duas coisas básicas: “coragem e prestesa na applicação dos remedios proprios para o primeiro periodo da molestia”. Para justificar a primeira assertiva, comparava as diferentes reações das autoridades e da população em geral nas províncias do Pará, Bahia e Rio de Janeiro. Segundo tal relato, as duas primeiras tinham sido levadas pelo pânico generalizado à atitudes de *covardia*, abandonando os doentes sem assistência alguma: “Medicos, padres, authoridades civis e melitares, tudo isso esmoreceu, e pode-se dizer que tudo isso moreu [sic]”. A *fraqueza* da população seria, assim, a causa da grande mortandade em tais paragens. Na Corte, ao contrário das duas províncias, a reação teria sido de *coragem*:

Entretanto no Rio de Janeiro, no seio dessa cidade immensa, onde há tantas disposições e elementos para o desenvolvimento de toda qualquer epidemia, o cholera produziu pouco effeito. Alem de ter causado muito pouca mortalidade, acresce que, declinou rapidamente, deixando apos si muito menos estragos do que a febre amarella; mas a rasão disso está na corajosa indiferença com que a população recebeu esse hospede incommodo, esse terrivel judeu errante que tem devastado tantos campos e cidades! Trataram-no até com desprezo, em nossa famosa capital, não lhe fiseram nem ao menos as honras da recepção¹¹.

⁹ *O Araripe*, nº 280, 08 mar. 1862, p. 2.

¹⁰ *O Araripe*, nº 33, 16 fev. 1856, p.1.

¹¹ *Idem*, *ibidem*.

A cidade do Rio não parou diante da peste, continuando com suas atividades comerciais, saraus e festas cotidianas. Por outro lado, as autoridades de lá teriam agido com *energia* no combate ao cólera. O resultado era a pouca mortandade na capital do Império. Segundo o jornal, o modelo a ser adotado era, portanto, o dos fluminenses, já seguido pelos pernambucanos no trato com o *judeu errante*. Ao fim dessa exposição, a publicação polemizava com a Câmara Municipal de Crato: “Desperte a nossa camara Municipal desse lethargo sonno de culposa indifferença q’tem dormido até agora, mostre que sabe comprehender o seu papel; coadjuvem-no as authoridades, faça emfim cada um o que estiver de sua parte, que Deus nos ajudará a todos”¹².

Os responsáveis pelo *O Araripe* mostravam, assim, indícios de temerem um caos generalizado, especialmente o abandono dos doentes à própria sorte, mediante o medo da contaminação: “[...] maldição ao q’ abandonar seo irmão; vergonha ao que fugir”. A resistência corajosa, tal como a dos cariocas, era o que pregava o jornal: “Encaremol-o como um inimigo a cujas mãos perecemos, se não combatermos ate às extremidades”¹³.

O temor de que o cólera chegasse em 1856 – já que grassava em Pernambuco, ao lado do Cariri – levou a formação de uma comissão de socorros, reunindo pessoas influentes na localidade – comerciantes, na maioria –, buscando arrecadar donativos para praticar a *caridade* quando a peste atacasse. A comissão falava em *virtudes cristãs* para se justificar. Os comerciantes de Crato eram assim convocados a agir, seguindo o exemplo das elites de outros pontos do país vitimados pelo cólera, tomando, de certa forma, o lugar do Estado na ação frente ao mesmo:

[...] emitemos o que se tem praticado em outras partes, onde as classes mais abastadas da sociedade reconhecendo que os recursos do governo são por de mais exiguos para acodir a todos em geral, socorreram com promptos donativos e esmolas a pobresa desvalida, que quasi sempre succumbe nas crises epidemicas, se a caridade publica e particular não lhe proporciona os meios para ajudal-a a vencer o mal commum¹⁴.

Aparentemente embasados no princípio da caridade cristã e estimulados pela iminência da epidemia, os trechos citados não deixam de refletir outros aspectos sociais do período. Por exemplo, nas entrelinhas da criação da comissão de socorros por figurões da sociedade cratense, podemos enxergar representações que punham em suspeição a pobreza da localidade: é para com esta que os comerciantes devem ser filantrópicos, considerando a

¹² Idem, *ibidem*.

¹³ *O Araripe*, nº. 42, 29 abr. 1856, p. 1.

¹⁴ *O Araripe*, nº. 38, 29 mar. 1856, p. 3.

maior possibilidade da epidemia se disseminar antes entre a *pobresa desvalida*, atingindo em seguida *as classes mais abastadas*.

Por outro lado, a ação dos comerciantes locais não deixava de ser um investimento em sua imagem política: os *beneméritos* que doavam valores à comissão de socorros tinham seus nomes e as respectivas quantias doadas publicadas no jornal¹⁵. Nesta linha de reflexão, os que agissem assim, seriam glorificados: “Quem sobreviver escreva em letras de ouro a coragem do q’ se sacrificar pelo seo semelhante: uma gloria eterna fique ligada a seo nome”¹⁶.

Apesar da proximidade geográfica com Pernambuco, a epidemia não atingiu o Crato em 1856. O *judeu errante* chegou ao Ceará em abril de 1862. Icó foi a primeira cidade a ser atingida, daí o propagando para outros pontos da província (STUDART, 1909: 54). O cólera atingiu Crato em fins do mês de abril.

Com o despontar da epidemia, *O Araripe* fica sem circular por alguns meses, de 20 de abril de 1862 – quando seu número 284 foi publicado – a 23 de agosto do mesmo, período em que havia poucos casos da doença na região. O editorial de retorno era, também, de pesar. O relato das marcas deixadas pelo *flagelo* era acompanhado por uma lista com nomes de pessoas consideradas *ilustres* levadas pela epidemia:

O monstro cruel devorou centenaes de amigos, tão caros, como necessarios, e é immenso o vacuo que deixou, assim nas familias, como nas fileiras das politicas. Esta recordação nos é muito incommoda. [...] Não existem os nossos especiais amigos, o Sr. Antonio José de Carvalho, membro do conselho diretor do Partido liberal desta comarca, negociante abastado e cavalheiro leal; o Sr. Padre mestre Marrocos, sacerdote virtuoso, inelito soldado da fé que afrontou a morte, cumprindo seo mandato sagrado, mesmo [trecho apagado] da morte; o Sr. Joaquim Romão Baptista, um dos corações mais bem formados que o Crato possuia; o Sr. Antonio Ferreira Lima Sucupira, typo do pae de familia; os Srs. José Martiniano da Costa, Manoel Teixeira do Nascimento, Manoel Sismando Baptista, Manoel da Silva Carneiro, nomes caros a tantos respeitos; o Sr. Manoel de Assis Pacheco, alma angelica, cujo sacrificio se diria capaz elle só de expiar todas as culpas, que suscitarão tão medonho flagello; os Srs. capitão Antonio Correia Lima e Antonio Ferreira Lima, veteranos da independencia, o Sr. Leonardo de Chaves e Mello, bella intelligencia, um dos moços que mais honra fazião ao seo torrão pelo seus principios de honra e de justiça; os Srs. Venceslão, Rufino e Pedro Satiro, moços cheios de esperança e em bom caminho para chegarem a uma boa posição entre seos conterraneos; e finalmente uma infinidade de amigos, que nos desvaneciamos de contar!¹⁷

O texto sugere um aspecto não seletivo da doença, *devorando* a todos sem distinção, o que talvez explique o grande *incômodo* causado nos responsáveis pelo periódico. Entretanto, devemos ter cuidado com a obviedade de tal insinuação. O relato do *O Araripe*, como de

¹⁵ Idem, ibidem.

¹⁶ *O Araripe*, nº. 42, 29 abr. 1856, p. 1.

¹⁷ *O Araripe*, nº. 285, 23 ago. 1862, p. 1.

praxe, volta-se para o grupo que representa: o que interessa é a exaltação dos seus pares mortos. A idéia da epidemia como agente democrático, sugerida pela fonte, é um tanto equivocada, já que esconde o fato de que a maior parcela de vítimas não se encontrava entre os *caros* e *necessários* indivíduos classificados pelo periódico. Isso pode ser claramente observado no livro dos coléricos da Paróquia de N^a. Sr^a. da Penha do Crato, onde parte dos falecidos pela epidemia foram registrados. Muitas das anotações de óbitos ocorridos então não trazem sequer o nome da vítima, abandonada que foi sem nenhuma informação, mediante, provavelmente, o medo de contaminação: “Sepultou-se no Cemiterio dos colericos hum Parvulo [possível referência a uma criança] sem encommendação, que ali foi axado no dia vinte e seis de junho de mil oito centos e sessenta e dois: ignora-se seo nome, idade, cor de quem é filho, e nem onde morava”¹⁸.

Entre a pequena lista de notáveis presente no hebdomadário e os demais vitimados no Crato pelo cólera há uma diferença social e numérica significativa. Segundo as estimativas da época, cerca de 1.100 pessoas morreram na localidade durante o surto epidêmico de 1862 (STUDART, 1909: 57). Em 1864, novo surto a atingiria.

Ao longo deste artigo, tentamos demonstrar com as representações sobre a epidemia do cólera em *O Araripe*, estiveram em contato com aspectos políticos, econômicos e culturais do período, postos em visibilidade pelo momento crítico vivenciado, dando mostras de sua historicidade, da ligação com a sociedade e contexto em que tais representações foram produzidas por “práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas)” (CHARTIER: 1990: 27).

Portanto, tais categorias são *reais* e refletem os processos pelos quais os grupos sociais constroem sentidos, identidades, visões de mundo. *O Araripe* viu o cólera a partir de seu lugar social e contexto histórico, daí porque disseminou uma diversidade de representações e práticas que tinham haver com questões postas naquele cotidiano de medo em que se deparava a população cratense, diante de uma epidemia que ameaçava e matava aos milhares por onde passava.

Bibliografia

BARBOSA, Francisco Carlos Jacinto. “As doenças viram notícia: imprensa e epidemias na segunda metade do século XIX”. In. NASCIMENTO, Dilene Raimundo do & CARVALHO, Diana Maul de (Org.). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

¹⁸ Livro dos Coléricos da Paróquia de Nossa Senhora da Penha (1862-1864). Fl. 17 v. Departamento Histórico Diocesano Pe. Antônio Gomes de Araújo (DHDPG), Crato/CE.

- BELTRAO, Jane Felipe. “A arte de curar dos profissionais de saúde popular em tempo de cólera: Grão-Pará do século XIX”. In. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**. Vol. 6. [set/2000]; p. 833-866. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.
- BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Tomo I. Ed. fac-similar (1863). Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997.
- _____. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Tomo II. Ed. fac-similar (1863). Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. **A construção da “cidade da cultura”**: Crato (1889-1960). Dissertação (Mestrado em História Social - UFRJ): Rio de Janeiro, 2000.
- DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- DINIZ, Ariosvaldo da Silva. “As artes de curar nos tempos do cólera: Recife, 1856”. In. CHALHOUB, Sidney et al. (Org’s.). **Artes e Ofícios de curar no Brasil: Capítulos de História Social**. Campinas / SP: Editora da Unicamp, 2003.
- FIGUEIREDO FILHO, J. de. **História do Cariri**. Vol. 3. Crato: faculdade de Filosofia do Crato, 1966
- _____. **História do Cariri**. Vol. 4. Crato: faculdade de Filosofia do Crato, 1968.
- _____. & PINHEIRO, Irineu. **A cidade do Crato**. Ministério da Educação e Cultura, 1953.
- GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil**. São Paulo, Edusp, Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1975.
- NASCIMENTO, Dilene Raimundo do & SILVEIRA, Anny Jackeline Torres da. “A doença revelando a história: uma historiografia das doenças”. In. NASCIMENTO, Dilene Raimundo do & CARVALHO, Diana Maul de. **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004.
- PIMENTA, Tânia Salgado. “Doses infinitesimais contra a epidemia de cólera em 1855”. In. NASCIMENTO, Dilene Raimundo do & CARVALHO, Diana Maul de (Org’s.). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004.
- PINHEIRO, Irineu. **Efemérides do Cariri**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963.

- _____. **O Cariri**: seu descobrimento, povoamento, costumes. Fortaleza: Inst. do Ceará, 1950.
- PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. **Comissão das borboletas**: a ciência do Império entre o Ceará e a Corte (1856-1867). Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2003.
- SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. “Nota explicativa”. In. ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão**: Fortaleza-Crato (1859). Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.
- STUDART, Dr. Barão de. **Climatologia, epidemias e endemias do Ceará**. Ed. fac-similar (1909). Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997.